

A dimensão da insegurança alimentar

No momento em que o mundo todo se mobiliza em torno do problema alimentar de seis bilhões de pessoas, a temática da insegurança alimentar torna-se central, extrapola os limites do debate acadêmico e alcança a grande mídia. De relevância incontestável, este tema vem recebendo contribuições de diferentes abordagens e ocupa, cada vez mais, o cenário das políticas públicas. É bastante positiva a crescente atenção devotada ao tema no Brasil, o que se traduziu na inclusão de um módulo para investigação da Segurança Alimentar em pesquisa nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹, no aumento da oferta de financiamentos para pesquisas relacionadas ao tema, e, conseqüentemente, no aumento na produção científica na área.

Este fascículo especial foi planejado com os objetivos de promover o diálogo entre os diferentes segmentos que tratam do tema da insegurança alimentar, e contribuir para o avanço e o aprimoramento da pesquisa nessa área. São apresentados resultados de algumas pesquisas desenvolvidas com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio do edital CT-Agronegócio - 2003, administrado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Foram também incluídos projetos que receberam financiamento de outras fontes, como a Organização Pan-americana de Saúde, o Ministério da Saúde e a Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado de São Paulo.

Esta coletânea pretende ser um documento de apoio para a discussão das políticas e programas desenvolvidos em torno da questão da insegurança alimentar; são 12 artigos que transitam pela temática da insegurança alimentar sob diversas abordagens.

Até a década de 1970 acreditava-se que a produção insuficiente de alimentos era o determinante básico da fome no mundo. Na década de 1980 ficou evidente que o problema não era de escassez, mas de iniquidade na distribuição dos alimentos. Nesse contexto, a noção de segurança alimentar passou a ser construída, inicialmente, calcada particularmente sobre a idéia de acesso aos alimentos. Ao longo das duas últimas décadas, à noção de segurança alimentar foram agregados outros aspectos relacionados, como, por exemplo, a noção de qualidade da dieta, o respeito aos hábitos alimentares dos diferentes grupos culturais e a idéia de alimento seguro. Também importante foi a incorporação dos conceitos de equidade e sustentabilidade ambiental. Além disso, foi levada em conta a necessidade de provimento das outras necessidades básicas, como saúde, educação e moradia, para alcançar a plenitude da segurança alimentar.

Assim, o conceito de segurança alimentar adotado na Segunda Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2004, incorpora todos esses aspectos e foi definida como a "realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis"².

A insegurança alimentar tem sido tema recorrente na literatura nacional e internacional nas áreas de saúde, nutrição e das ciências sociais, em geral, enfocando a sua ocorrência nos diferentes grupos da população, suas repercussões e seus determinantes. Com isso, tornou-se imperiosa a busca de indicadores da situação de segurança/insegurança alimentar que possibilitem o acompanhamento da sua evolução, a avaliação de propostas de intervenção e que permitam comparabilidade ao longo do tempo e segundo as diversas regiões.

Norteados por essa temática, Pérez-Escamilla e Segall-Corrêa apresentam cinco alternativas para mensurar a insegurança alimentar, quatro delas baseadas nas suas repercussões sobre o consumo de alimentos ou sobre o estado nutricional, e uma medida direta “fundamentada na experiência de insegurança alimentar”. Melgar-Quinonez e Hackett, por sua vez, desenvolvem uma revisão das experiências que ocorreram em cenários distintos de elaboração e validação de instrumentos de mensuração da insegurança alimentar baseados no modelo norte-americano.

No Brasil, esse instrumento, que tomou a forma da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), resultou da adaptação e validação de questionário adotado nos Estados Unidos³ e foi aplicado em estudo de base populacional de representatividade nacional - a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, em 2004. A experiência brasileira foi positiva no mapeamento e na identificação de grupos vulneráveis e, certamente, será de grande valia na avaliação de políticas e programas propostos recentemente, como o Fome Zero, uma ampla estratégia de inclusão social, e o Programa Bolsa Família, de transferência de renda. Assim, um dos artigos deste fascículo, de autoria de Segall-Corrêa et al., analisa a segurança alimentar no Brasil à luz de programas de transferência de renda, indicando efeitos positivos desses programas sobre a segurança alimentar.

Três experiências diferenciadas tratam da construção de metodologias destinadas a dimensionar a situação de segurança alimentar. Voltados para a construção de métodos de mensuração da insegurança alimentar comparáveis e que atendam às particularidades de grupos populacionais específicos, Yuyama et al. analisam a propriedade da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar em comunidades indígenas do Amazonas, apontando a dificuldade de apreensão por essas comunidades de alguns conceitos tradicionalmente urbanos.

A experiência de Panelli-Martins et al. também se situa no campo da particularização de metodologia para o dimensionamento da situação de segurança alimentar. A partir da reunião de indicadores considerados capazes de expressar a situação de um município pequeno e de poucos recursos do interior do estado da Bahia, desenvolveu-se proposta para o monitoramento da situação de insegurança alimentar em municípios com essas características. As autoras assinalam a ausência da prática avaliativa nas instâncias locais e salientam que o método proposto, embora ainda necessite de validação, constitui-se na apropriação do processo e do conhecimento pela administração local.

Silva et al. exploram a determinação da insegurança alimentar em comunidades quilombolas sujeitas ao risco de profundas mudanças estruturais, devido à abertura de uma grande rodovia. Esse é um cenário comum no Brasil de hoje, onde obras de infra-estrutura, como estradas e usinas hidroelétricas, ou o desmatamento de grandes áreas com o intuito de dar lugar à exploração agro-pecuária, atingem grupos populacionais tradicionais. Métodos sócio-antropológicos participativos foram empregados e ficou evidente que a participação do coletivo é também um aspecto importante no alcance da segurança alimentar.

A situação de insegurança alimentar de grupos populacionais da periferia de uma região metropolitana, descrita por Salles-Costa et al., e a de 14 municípios do interior do estado da Paraíba,

abordada por Vianna e Segall-Corrêa, foi investigada com a aplicação da EBIA. Nesses distintos ambientes observam-se elevadas prevalências de insegurança alimentar, que atingiu mais de 50% das famílias, sendo a renda o principal determinante dessa condição.

A questão da insegurança alimentar, trazida para o interior da família e para os aspectos culturais e socioeconômicos envolvidos no fenômeno da alimentação em si, é tratada em diferentes cenários. Murrieta et al. comparam a dinâmica do consumo de alimentos em dois ecossistemas amazônicos, demonstrando como as condições sociais, econômicas e ambientais se inter-relacionam na modulação das condições de alimentação e dos hábitos alimentares. Panigassi et al. analisam o consumo diário de 14 grupos de alimentos, segundo a situação de insegurança alimentar das famílias, e concluem que famílias com insegurança apresentam dietas monótonas, basicamente compostas por alimentos energéticos. Outro estudo, de Menasche et al., realizado com famílias rurais com significativa produção para o autoconsumo empregou os recursos teórico-analíticos da antropologia da nutrição. Concluiu que as práticas de produção para autoconsumo estão associadas à segurança alimentar e à reprodução social.

Todos esses relatos resumem as questões mais prementes relacionadas com a insegurança alimentar, tornando evidente que a ação pública é indispensável, entretanto, a participação do coletivo é capaz de fazer a diferença. Tal constatação é reiterada por Rose que, ao resumir diversas experiências internacionais de intervenção sobre a situação de segurança alimentar, destaca que as ações comunitárias participativas constituem um recurso no aperfeiçoamento das propostas de intervenção e asseguram o respeito aos direitos humanos.

Como já foi ressaltado, este fascículo pode ser considerado um incentivo à divulgação de resultados de pesquisas nacionais em uma publicação científica de alto nível, como a Revista de Nutrição. No entanto, lacunas importantes no conhecimento dos fenômenos envolvidos na questão da segurança alimentar requerem novos estudos. Um deles é o aparente paradoxo da convivência da pobreza e da insegurança alimentar com prevalências elevadas de obesidade e distúrbios metabólicos. Este desafio envolve muitos setores da sociedade e deve ser tratado não somente pela epidemiologia, ou pela fisiopatologia e bioquímica nutricional, mas também pela dietética, pela antropologia, pela sociologia e pelas políticas públicas, que devem equacionar a questão de como promover a segurança alimentar em um contexto de alimentação saudável, evitando o desequilíbrio no consumo e o excesso de peso.

Este fascículo foi financiado por meio de Edital do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Edital 037/2006 Projeto FAO/MDS UTF/BRA/064/BRA), que convidou as principais revistas científicas nesta área para que apresentassem propostas de publicação de um número temático sobre Segurança Alimentar. A Revista de Nutrição foi selecionada com base em critérios técnicos e financeiros.

Como editoras deste fascículo não poderíamos deixar de aproveitar essa oportunidade para demonstrar nosso reconhecimento às editoras da Revista de Nutrição, que, com profissionalismo, vêm consolidando este periódico vitorioso no cenário editorial brasileiro. Finalmente, nossos agradecimentos aos revisores, que criteriosamente colaboraram na seleção dos artigos a serem incluídos nesta edição, o que resultou em uma seleção de alto nível científico.

Rosangela Alves Pereira
Leonor Maria Pacheco Santos
Editoras convidadas

REFERÊNCIAS

1. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004: Segurança alimentar. Rio de Janeiro; 2006.
2. Brasil. Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Relatório Final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2004; p.17-20; Olinda, PE.
3. Segall-Corrêa AM, Pérez-Escamilla R, Maranhã LK, Sampaio MFA, Yuyama L, Alencar F, et al. Projeto: acompanhamento e avaliação da segurança alimentar de famílias brasileiras: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. Campinas: Universidade Estadual de Campinas/Organização Pan-Americana da Saúde/Ministério da Saúde; 2004.